

## Legislação aplicável

Decreto-Lei n.º 64/2007, de 14 de março,  
republicado pelo Decreto-Lei n.º 33/2014, de  
4 de março.  
Código Penal.

## AVISO

### Encerramento administrativo do estabelecimento de apoio social sem denominação sito na Rua Dr. João de Barros, n.º 12, Tapada das Mercês, Mem-Martins

O Conselho Diretivo do Instituto da Segurança Social, IP, ordenou o encerramento administrativo imediato do estabelecimento de apoio social sem denominação, com as seguintes características:

- exerce a atividade de creche;
- com fins lucrativos;
- não estando licenciado;
- funciona sob a direção e responsabilidade de Maria Manuela Infante Alfaia;
- está instalado em Rua Dr. João de Barros, n.º 12, 1º, Tapada das Mercês.

*artigos 35.º e 36.º do  
Decreto-Lei n.º 64/2007,  
de 14 de março  
artigo 40.º, n.º 1, alínea b),  
e n.º 3, do Decreto-Lei n.º  
64/2007, de 14 de março*

### Defesa dos direitos e da qualidade de vida dos utentes

O Conselho Diretivo do Instituto da Segurança Social, IP ordenou o encerramento através da Deliberação n.º 109/2018, de 7 de junho de 2018, porque o estabelecimento estava em atividade com deficiências graves nas condições de instalação, segurança, funcionamento, salubridade, higiene e conforto, representando um perigo potencial para os direitos dos utentes e a sua qualidade de vida.

*artigos 35.º e 36.º do  
Decreto-Lei n.º 64/2007,  
de 14 de março*

### Consequências do incumprimento da deliberação

Caso o estabelecimento seja reaberto ou a atividade de apoio social continue de forma ilegal, o/a responsável será sujeito/a a procedimento criminal pelo crime de desobediência.

*artigo 348.º, alínea b), do  
Código Penal*

### Este aviso deve estar afixado durante 30 dias

Quem impedir a sua afixação será sujeito a procedimento criminal pelo crime de resistência ou coação sobre funcionário. Quem o remover deliberadamente antes do fim do prazo de 30 dias será sujeito a procedimento criminal pelo crime de arrancamento, destruição ou alteração de editais.

*artigo 40.º, n.º 3, do  
Decreto-Lei n.º 64/2007,  
de 14 de março  
artigos 347.º e 357.º do  
Código Penal*

Lisboa, 7 de junho de 2018

  
Rui Fiolhais  
Presidente